

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola – Projeto NUH

Lidiane do Carmo Gomes Campagnacci Schreiber

BRASIL E ÁFRICA: DOIS POVOS UMA HISTÓRIA

Belo Horizonte

2016

Lidiane do Carmo Gomes Campagnacci Schreiber

BRASIL E ÁFRICA: DOIS POVOS UMA HISTÓRIA

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola – Projeto NUH, como requisito parcial à produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Regina Helena Alves da Silva

Coorientadora: Luciana Maria de Souza

Belo Horizonte

2016

ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA DE LIDIANE DO CARMO GOMES CAMPAGNACCI SCHREIBER

Aos 04 (quatro) dias do mês de MARÇO de DOIS MIL E DEZESSEIS reuniu-se a banca examinadora da monografia em Especialização em Gênero e Diversidade na Escola com o título: "BRASIL E ÁFRICA: DOIS POVOS, UMA HISTÓRIA" composta pelas professoras: **Professora DRA. Regina Helena Alves da Silva (ORIENTADORA- UFMG), Profa. M.^a Jhoanna Katiuska Monagreda (COORDINADORA), Profa. DRA. Analise de Jesus da Silva.**

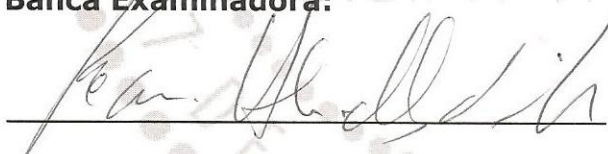
Procedeu-se à arguição e definiu-se:

aprovada () reprovada

Para constar, foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 04 de março de 2016.

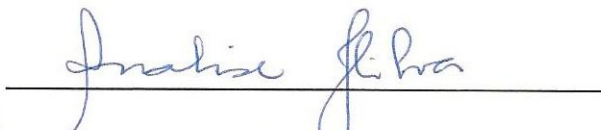
Banca Examinadora:



Professora DRA. Regina Helena Alves da Silva (ORIENTADORA- UFMG)



Profa. M.^a Jhoanna Katiuska Monagreda



Profa. DRA. Analise de Jesus da Silva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 JUSTIFICATIVA.....	10
3 OBJETIVOS	12
3.1 OBJETIVOS GERAIS	12
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4 REFERENCIAL TEÓRICO	13
4.1 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA – NORMATIZAÇÕES	13
4.2 IGUALDADE E DIFERENÇA ENTRE OS MUROS DA ESCOLA	14
4.3 HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
5 METODOLOGIA	18
6 CRONOGRAMA	21
7 NA ESCOLA	23
8 O PROJETO	24
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	43

RESUMO

Este projeto tem como foco promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade humana, a partir da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira, tendo como base não apenas a história contada em livros, mas também a história das crianças e de seus antepassados. Esse trabalho visa ainda desenvolver valores sociais e culturais a partir da história pessoal das crianças e proporcionar a elas oportunidade de interagir com a história. Por se tratar de um projeto de intervenção é proposta do mesmo colaborar com o trabalho desenvolvido na instituição de forma que os alunos negros se reconheçam na história de seus antepassados e os alunos brancos compreendam que os povos africanos também contribuíram de forma positiva para nossa cultura. Com o presente projeto pretende-se ainda trazer à cena a cultura da população afro-brasileira através do trabalho com músicas e contos, de maneira autoral, tornando as crianças agentes promotores da história.

.Palavra chave: infância, diversidade, educação, práticas educativas, cultura africana.

ABSTRACT

This paper aims the promotion of educational practices that value human diversity, from the history of the African peoples and afro Brazilian culture, using not just the history books tell, but also the children's and their ancestors history as well. This work aims to develop social and cultural values from the personal story of children and provide them opportunity to interact with the story . Because it is an intervention project is proposed the same work with the work of the institution so that the black students recognize themselves in the history of their ancestors and white students understand that African people also contributed positively to our culture. With this project we intend to further bring the culture of the afro Brazilian people to the centre stage through songs and tales, copyright manner, making children promoters of history.

Key words: African culture, childhood, diversity, education, educational practices

1. INTRODUÇÃO

As crianças ao longo da história nem sempre foram vistas como sujeitos de ação. O reconhecimento da infância como fase específica da vida acontece somente no século XIII. No Brasil o Código Civil de 1916 é criado basicamente para regular os direitos individuais, o direito de propriedade e o Direito de Família.

Em 1927 o código de menores vem propor ações no que se refere a criança abandonada ou órfã, instituindo o conceito de pátrio poder.

O Código de Menores de 1927, que consolidou toda a legislação sobre crianças até então emanada por Portugal, pelo Império e pela República, consagrou um sistema dual no atendimento à criança, atuando especificamente sobre os chamados efeitos da ausência, que atribui ao Estado a tutela sobre o órfão, o abandonado e os pais presumidos como ausentes, tornando disponível os seus direitos de pátrio poder. Os chamados direitos civis, entendido como os direitos pertinentes à criança inserida em uma família padrão, em moldes socialmente aceitáveis, continuou merecendo a proteção do Código Civil Brasileiro, sem alterações substanciais (SILVA, 2001).

Esse Código estabeleceu ainda que os processos de internação das crianças e o processo de destituição do pátrio poder seriam gratuitos e correriam em segredo de justiça. O código dava também poderes aos Juízes e aos Comissários de Menores para fazerem vistorias nas casas e instituições que abrigassem as crianças caracterizadas como menores.

Segundo Silva (2001) o Artigo 55, do Código de 27 também dava ao Juiz plenos poderes para devolver a criança aos pais, colocá-la sob a guarda de outra família, determinar sua internação até os 18 anos de idade ou determinar qualquer outra medida que esse achasse conveniente.

No Código de Menores de 1979 os termos usados para designar as crianças presentes no Código de 27, tais como: exposto, abandonado, delinquente, transviado, infrator, vadio, libertino, etc., foram todos substituídos por em “situação irregular”.

Com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, em dezembro de 1964, a transição entre os Códigos de 27 e de 79 ocorreu efetivamente, essa prestava atendimento as crianças e adolescentes, tanto aos carentes e abandonados quanto aos infratores.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 inaugurou uma nova ordem jurídica e institucional para o trato das questões da criança e do adolescente, estabelecendo limites à ação do Estado, do Juiz, da Polícia, das Empresas, dos adultos e mesmo dos pais (SILVA, 2001).

Mas ainda sim ele não foi capaz de alterar de forma significativa a realidade da criança e do adolescente, as mudanças de nomenclatura para atender ao “politicamente correto”, não mudou a condição dessas crianças e jovens, aqueles que estavam nas ruas ou nas instituições antes do Estatuto, hoje, se adulto, estão no Sistema Penitenciário ou continuam sendo portadores das marcas e dos estigmas incorporados a eles durante a infância (SILVA, 2001).

Os debates sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) giram entorno da questão dele estabelecer limites ao exercício da autoridade familiar, jurídica, institucional e policial sobre a criança e o adolescente e da impunidade aos delitos cometidos por eles.

Mas apesar dessas leis de regulamentam os direitos das crianças o que vemos ainda hoje é uma desigualdade efetiva desses direitos, principalmente no que se refere ao direito a educação. Os indicadores econômicos e sociais do Brasil mostram que são as crianças negras as de pior desempenho escolar, mesmo quando brancos e negros pobres são comparados em nível de aprendizagem (Bento, 2012).

A pobreza impacta a criança negra de maneira mais cruel e contundente do que a criança pobre e branca, já que a família negra vive com mais intensidade a desigualdade social. Mas não é só isso, a pobreza é atravessada pela raça, o que significa dizer que a raça é também explicativa da pobreza. (ABRAMOWICZ E OLIVEIRA, 2012, p. 50).

Crianças negras e pobres sentem de forma mais impactante essas desigualdades, uma vez que por uma questão familiar e econômica a elas são negados bens os culturais.

Atualmente temos observado um crescente debate em torno das relações étnico-raciais em nossa sociedade, a lei 10.639/03 um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da nossa sociedade é uma das ações na tentativa de tornar o negro protagonista da história.

A escola como espaço de interação e de sistematização de conhecimento não pode ficar distante desses debates. Se entre os muros da escola a história foi contada sobre a ótica do branco é preciso que a mesma refaça o caminho e permita que o negro e o índio se tornem agentes da mesma.

Meu interesse por essa temática surgiu a partir de minha experiência como professora da educação infantil na Rede Municipal de Belo Horizonte dos estudos e debates realizados durante o curso.

As reflexões acerca de tal temática têm me permitido compreender que ainda precisamos avançar no sentido de assegurar a igualdade de direitos, a escola ainda silencia diante de ações de segregação, o negro nem sempre se reconhece nos próprios materiais didáticos distribuídos, muitas vezes a exclusão não se faz presente em palavras, mas sim em ações.

Diante do exposto indaga-se: O que faz com que essa desigualdade se torne tão evidente no espaço escolar? Como podemos nesse espaço assegurar e trabalhar essa diversidade de modo a respeitar as crianças e sua cultura?

2. JUSTIFICATIVA

O Brasil é o país da diversidade! Essa frase, que sempre é repetida para reforçar o fato de que somos um povo formado por diversas etnias, não faz jus no que se refere ao reconhecimento e compreensão da riqueza cultural dos povos que compõe a nossa formação (negros, europeus e índios).

Com o objetivo de mascarar o preconceito racial existente em nosso país, a democracia racial foi difundida no Brasil a partir da argumentação de que a mistura de raças nos fez um só povo.

O mestiço, a mistura entre branco e negro, se tornou a representação de uma identidade nacional. Essa visão deturpada de que a mistura é fundamental para tornar os sujeitos mais civilizados não só é uma forma velada de racismo como também prejudica de forma efetiva a formação de nossos jovens.

Nas escolas o que podemos perceber é uma grande negação das crianças e jovens em relação a sua cor, com o objetivo de não se sentirem segregados. Negros se dizem marrons, chocolate, morenos, pardos e fazem questão de revelar quem são os brancos da família a quem puxaram.

A história nos mostra que as discussões sobre as relações sociais, a discriminação e o racismo são relativamente recentes e que mesmo as políticas públicas implementadas ainda não são capazes de garantir essa igualdade de direitos.

A promulgação da lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estabelece um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da nossa sociedade e do protagonismo da população afro-brasileira na formação cultural, econômica e política do país.

Nesse momento o debate sobre a questão racial deixa o âmbito dos movimentos sociais e passa a estar em pauta nos pronunciamentos governamentais.

Assim surge a preocupação com a educação e ações voltadas para a tentativa de superação dessa desigualdade entre negros, brancos e índios começam a surgir no espaço escolar.

Na educação infantil essa preocupação do protagonismo do negro e do índio aparece na introdução de histórias, músicas e brinquedos que façam com que todas as crianças se reconheçam, uma vez que os contos clássicos, por exemplo, só apresentam princesas e príncipes brancos.

Nessa perspectiva o presente projeto de intervenção propõe o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplem a valorização da cultura afro-brasileira, para construir uma sociedade justa e livre do preconceito racial.

3. OBJETIVOS

3.1 – OBJETIVO GERAL

Promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade humana, a partir da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira, e implementação da Lei nº 10.639/2003.

3.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver valores sociais e culturais a partir da história pessoal das crianças.
- Proporcionar as crianças oportunidade de interagir com a história.
- Colaborar com o trabalho desenvolvido na instituição de forma que os alunos negros se reconheçam na história de seus antepassados e os alunos brancos compreendam que os povos africanos também contribuíram de forma positiva para nossa cultura.

4. REFERÊNCIAL TEÓRICO

4.1 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA – NORMATIZAÇÕES

O movimento negro é uma forma de organização e mobilização política da sociedade civil centrada em uma identidade étnico-racial, que tem com o objetivo a luta contra a discriminação racial dos negros em diferentes instituições e espaços sociais tais como: escolas, hospitais, clubes, restaurantes, shoppings, hotéis, etc.

Essa definição é válida para o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, no contexto da Ditadura (1964-1985), e outros movimentos mais atuais. Ele é um agente coletivo e político importante na reivindicação e conquista de muitas ações políticas, jurídicas e educacionais que ocorreram nas últimas décadas destinadas à população afro-brasileira.

Uma das ações do Movimento Negro Brasileiro foi a inclusão do tema diversidade racial no currículo escolar, a partir disso é possível perceber algumas mudanças como a promulgação da lei nº 10639/2003.

A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394 / 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências, como incluir o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra"; (BRASIL, LEI 10.639 de 2003)

Outro documento de grande importância são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, cujo objetivo é corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania no sistema educacional brasileiro.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há

cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (MEC, 2004, p. 17).

4.2 IGUALDADE E DIFERENÇA ENTRE OS MUROS DA ESCOLA

A educação tem como principal objetivo oferecer oportunidades de acesso e de ampliação de cidadania a partir da sistematização dos conhecimentos acumulados pelo homem ao longo da história.

Para ensinar esses conhecimentos surgem às escolas, onde esse conhecimento era compartilhado e socializado para que fosse possível se compreender as construções sociais da humanidade.

Porém essas instituições cuja função é sistematizar conhecimento não foram criadas para atender a multiplicidade de sujeitos presentes na sociedade. A escola ao longo de sua história carrega uma perspectiva de normatização e homogeneização na educação dos seus alunos. Com a proposta de socialização, desde a sua origem ela buscou classificar e controlar o comportamento dos sujeitos nela educados, disciplinando as diferenças e maximizando as semelhanças, Castro (2009) nos aponta que essa conformação escolar objetivava impor um caráter universal para a trajetória humana, enclausurando as diferenças e as experiências, criando assim um modelo hegemônico de sujeito. Aqueles, portanto que não se adequassem a esse padrão estabelecido precisavam ser corrigidos e moldados nesse formato.

A essas instituições educativas ficou delegada a função de preparar, educar e socializar os alunos objetivando a construção de uma cidadania, mas tudo isso através da formatação, da classificação e da hierarquização dos estudantes.

Pensando em cidadania não como um estatuto legal, mas como uma forma de identificação, um modo de exercer os princípios da igualdade e da liberdade, como isso se dá dentro do espaço escolar?

Para se falar dessa igualdade no espaço da educação é preciso primeiro refletir sobre o mérito, o sucesso do aluno em sua vida escolar, na sociedade democrática, tem relação com o trabalho desenvolvido por ele.

Ao contrário das sociedades aristocráticas que priorizavam o nascimento e não o mérito, as sociedades democráticas escolheram convictamente o mérito como um princípio essencial de justiça: a escola é justa porque cada um pode obter sucesso nela em função de seu trabalho e de suas qualidades. (DUBET, 2004, p. 541)

Dentro dessa perspectiva a igualdade de oportunidades também supõe igualdade de acesso prevista inclusive nas políticas públicas atuais que preveem não apenas esse acesso, mas também a permanência nas instituições de ensino de todos os indivíduos como forma de ofertar a todos uma “educação igualitária” a questão é que as mesmas ignoram as desigualdades que ainda persistem no interior das escolas. Valverde e Stocco (2009) em seus estudos comprovaram que a universalização do ensino não é suficiente para superar as desigualdades, segundo elas é preciso analisar o sistema escolar.

O termo em voga nos debates atuais sobre educação é respeito à diversidade, mas as escolas ainda não se encontram preparadas para abrigar entre seus muros diferentes sujeitos. Segundo Silva (2012) as questões relacionadas ao multiculturalismo e a diferença estão no centro da teoria educacional, mas são poucos os avanços visíveis no combate a hegemonia de um grupo sobre outro.

Vencer anos de desigualdade e negação não é fácil e requer uma dedicação maior na elaboração de políticas públicas que respeitem o diferente para que esses possam se ver e ter sua cultura legitimada e não tolerada.

Para Arroyo (2011) a meritocracia da escola mais reforça as diferenças do que estabelece a igualdade. A responsabilidade pelas desigualdades nesse espaço é atribuída aos alunos, em virtude de sua condição socioeconômica ou aos professores despreparados, nunca ao Estado ou as instituições com sua prática pedagógica arraigada de valores reprodutores e legitimadores das desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Avaliamos mais os alunos, seus coletivos do que o sistema, suas estruturas, seus ordenamentos, suas lógicas, seus rituais e seus valores reprodutores e legitimadores das desigualdades sociais, raciais, de gênero, campo, periferia. Temos mais políticas de intervenção nos alunos do que no sistema e suas estruturas. As formas estruturantes de organizar o trabalho, os tempos, os níveis, de disciplinar e segmentar o conhecimento e a condição docente, até os brutais mecanismos de segregar, enturmar, sentenciar,

reprovar milhões de alunos populares permanecem intocados. Não são objeto de políticas de Estado. Nossas políticas e diretrizes privilegiam o acesso e os resultados dos alunos. (ARROYO, 2011, p. 85)

A igualdade para os sistemas de ensino é pautada no ideal de uma escola única, onde a mesma coisa é ofertada a todos os alunos, mas como garantir o respeito à diversidade padronizando o currículo, as atividades, as avaliações?

Esse tipo de prática limita o processo de educação à mera transmissão de informações, reduzindo o aluno a um sujeito cognoscente, coibindo a possibilidade de variadas experiências dentro da escola.

A escola precisa ser revista e repensada como espaço de interação. Começando pelas políticas educacionais de maneira que essas possam contemplar essa multiplicidade de sujeitos e suas variadas experiências presentes no espaço escolar para os alunos se vejam incluídos de fato nesse espaço.

Esse modelo de escola não foi preparada para abrigar as diferenças e com isso o aluno que não atende a um padrão tende a evadir, principalmente por se sentir um insucesso.

O Movimento Negro Brasileiro tem sistematicamente denunciado essas práticas segregadoras, visando políticas públicas que incluam uma escola democrática que reconheça, valorize e trate de forma ética e profissional a diversidade étnico-racial. Uma escola que não reproduza em seu interior práticas de discriminação e preconceito racial, mas que, eduque para e na diversidade.

[4.3 HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL](#)

O negro teve sua identidade humana, cultural e religiosa negada historicamente, no decorrer dos séculos, e, mesmo na atualidade é possível ainda perceber atitudes preconceituosas contra os afrodescendentes.

A discriminação presente em todos os segmentos da educação também se faz presente na educação infantil, através de falas e apontamentos das crianças e algumas atitudes dos professores.

A segregação racial, mesmo que de forma velada se faz presente, na escolha da criança branca para ser a princesa, na descrição do branco como protótipo de beleza, na negação dos costumes e cultura do negro, na rejeição do cabelo afro e da pele negra, ou seja, na valorização de uma cultura em detrimento a outra.

Sem contar que as crianças como seres sociais também trazem uma bagagem dos seus meios de convívio, família, igreja e outros espaços de convivência. Essa influência social, às vezes, também vem permeada pelo preconceito e ao chegar à escola as mesmas começam a reproduzir o que ouviram e viram.

Por isso é necessário repensar a prática pedagógica nesses espaços com o objetivo de desmitificar essa igualdade e praticá-la de fato.

Segundo o Plano Nacional de implementação da Lei nº 10639/2003,

o papel da educação infantil, é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam, valorizem a importância de diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras (MEC, 2014, p. 14).

Dentro dessa concepção o papel do professor da educação infantil é importante, pois cabe a ele realizar práticas pedagógicas que contemplem o respeito à diversidade, que tratem não de uma realidade, mas sim das múltiplas realidades presentes em nossa sociedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil preveem a garantia de experiências que “possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade” (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Essas experiências devem, portanto ser ofertadas nas instituições de educação infantil através de práticas muito bem planejadas, com objetivos claros que abarquem não só as crianças, mas também as famílias, com o intuito de desfazer imagens que construíram estereótipos negativos sobre os africanos e os afro-brasileiros.

5. METODOLOGIA

As Proposições Curriculares para Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte pressupõem experiências intencionalmente organizadas a partir da centralidade da criança no processo educativo. Mesmo as crianças muito pequenas, chegam à escola “com identidades de classe, raças, etnia, gênero, território, campo, cidade, periferia [...]” (Arroyo, 2008, p.23). Essas identidades são marcadas pelos conhecimentos que elas trazem das linguagens, da ciência, das relações sociais, dos valores, dos costumes construídos nas interações em seu contexto social e cultural.

Dentro da educação infantil essa construção se dá na relação da criança com os adultos, com outras crianças e com o mundo social mais amplo. Esse processo, a partir da identificação das diferenças e da igualdade gera a autoafirmação de si mesma e do grupo ao qual a criança pertence. Ao mesmo tempo gera o movimento de identificação do que lhe é diferente: adultos e crianças, homens e mulheres, índios e brancos, brancos e negros, dentre outros.

Nessa perspectiva o presente projeto de intervenção será desenvolvido em uma escola de educação infantil da rede pública de Belo Horizonte em uma turma com vinte e cinco alunos de cinco anos.

Esse projeto terá como principal foco promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade humana, a partir da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira. O mesmo constará de três etapas.

1ª Etapa do Projeto: Identidade, quem eu sou?

Nesta etapa, o foco será a construção de memórias e histórias coletivas, as crianças serão estimuladas a reconhecer a si mesmas e aos colegas a partir de suas características pessoais e nomes. Nessa fase também será solicitado que as famílias junto com as crianças organizem uma caixa de memórias que será

compartilhada com os colegas em sala. Essa caixa deverá conter objetos que remetam a história da criança, ou seja, a sua origem.

Outra estratégia que será utilizada nesta etapa será a história “*Luana, a menina que viu o Brasil neném*” de Aroldo Macedo e Faustino Oswald. As crianças vão fazer um relato da história e ilustrar a mesma.

Como proposta de encerramento dessa etapa e gancho para a próxima as crianças vão construir um painel com imagens de pessoas de diferentes origens como forma de representar a diversidade humana.

2ª Etapa do Projeto: Meus Ancestrais, de onde eu vim?

A primeira proposta para iniciar os trabalhos será ouvir a música “*África*” do Palavra Cantada, depois de trabalhar com a música vamos identificar no globo terrestre onde fica o continente africano e onde se localiza o Brasil (em qual continente).

Como proposta para conhecer um pouco mais das famílias as crianças vamos explorar a música “*Eu*” também do Palavra Cantada, após o trabalho com a música as crianças vão levar para casa um questionário para ser respondido com o auxílio das famílias sobre quem são seus antepassados, quem são, seus hábitos, onde nasceram, se convivem com as crianças, etc.

A partir das respostas desses questionários cada criança vai construir a sua árvore genealógica. Essas árvores ficarão expostas no mural para a apreciação de toda a comunidade escolar.

3ª Etapa do Projeto: Brasil- África: Dois povos uma história

Após o trabalho com o mapa e a localização da África no globo, como fechamento do projeto será trabalhado o livro “*Em Angola tem? No Brasil Também!*” de Rogério Andrade Barbosa. A escolha por esse livro se deve ao fato da cultura Angola apresentar algumas semelhanças com a brasileira. A partir da

história de Matondo e Josinaldo vamos estudar as afinidades do Brasil e de Angola no que se refere à cultura, culinária e ao idioma.

Será proposto as crianças a construção de cartazes com palavras de origem africana que fazem parte do nosso vocabulário. Esses cartazes serão escritos e ilustrados por elas.

Os trabalhos produzidos pelas crianças ao longo do projeto serão expostos na escola na semana em que a instituição comemorará a semana da consciência negra de maneira que as famílias possam apreciar os mesmos. Mas para além disso a proposta desse trabalho é que as crianças consigam incorporar em suas ações atitudes de respeito para com todos, sabendo respeitar as diferenças.

6. CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	
Período de Elaboração do Trabalho Final	
GDE Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola	
DATA	EVENTO
JUL/2015	Elaboração e revisões do Pré-projeto
AGO/2015	
	Elaboração do texto e reuniões de orientação
SET/2015	
OUT/2015	Elaboração do texto, reuniões de orientação no período da manhã (sugestão de dias – 8, 20,27).
19/10/2015	Conversa Informal com as crianças e apresentação da proposta
22/10/2015	Envio da proposta da atividade caixa de memórias para a família
26/10/2015	Contação de história: “ Luana, a menina que viu o Brasil neném ” - Registro da história: Desenho livre e reconto coletivo
29/10/2015	Roda para socialização da caixa em sala
NOV/2015	Elaboração do texto e reuniões de orientação no período da manhã (sugestão de dias 05, 11, 18, 25).
03/11/2015	Roda para socialização da caixa em sala
06/11/2015	Roda para socialização da caixa em sala

11/11/2015	Trabalho com a música: “África” Apreciação de vídeo e localização no globo terrestre Produção de painel com fotos
13/11/2015	Trabalho com a música: “Eu” Apreciação da música, roda de conversa sobre origem familiar e envio dos questionários às famílias
16/11/2015	Retorno dos questionários e produção da árvore das famílias
19/11/2015	Montagem da árvore genealógica
23/11/2015	Contação de história: “Em Angola tem? No Brasil também!” . Construção de lista de palavras de origem africana que aparecem no livro Confecção de cartazes com as palavras selecionadas pela turma. Escrita das palavras e ilustração
27 e 28/11/2015	Exposição dos trabalhos à comunidade escolar
DEZ/2015	Entrega do texto final.
FEV, MAR/2016	Defesa de monografias ou projetos de intervenção.

7. NA ESCOLA

Para a realização do projeto de intervenção foi selecionada uma turma de crianças da UMEI Paraíso, uma Instituição Pública Municipal, localizada à Rua Itabirito, nº 416 – bairro Paraíso, na região leste de Belo Horizonte e que fica na divisa dos bairros Santa Efigênia e Paraíso. A mesma funciona no espaço onde antes se localizava a Escola Estadual Sarah Kubistchek. O espaço foi incorporado pela prefeitura em dezembro de 2008 e atende crianças de três a cinco anos de idade.

A turma escolhida para a aplicação do projeto é composta por vinte e cinco crianças de cinco anos de idade, sendo dezoito meninas e sete meninos. Dessas crianças dezoito se declararam negras ou pardas e sete se declararam brancas. A turma possui uma professora referência e duas professoras que trabalham projetos específicos. Em relação à etnia duas professoras se declararam negras e uma branca, todas possuem curso superior.

A escola já possui um trabalho voltado para o estudo das várias culturas com o objetivo de desenvolver nos sujeitos desde a infância o respeito às diversas etnias e a implementação da lei 10.639/2003.

Acreditamos que na Educação Infantil há possibilidade da concretização da quebra de paradigmas desfazendo imagens que construíram estereótipos negativos sobre os africanos.

A implementação desta lei é realizada em nossa escola através do desenvolvimento de atividades, projetos, ações nas mais diversas linguagens, com o intuito de resgatar a valorização do negro em sua historicidade, tradição intelectual e cultural. (PPP UMEI Paraíso, 2013, p. 51).

O desenvolvimento do presente projeto de intervenção visa colaborar com o trabalho desenvolvido na instituição de forma que os alunos negros se reconheçam na história de seus antepassados e os alunos brancos compreendam que os povos africanos também contribuíram de forma positiva para nossa cultura.

8. O PROJETO

1ª Etapa do Projeto: Identidade, quem eu sou? - Nesta etapa, o foco é a construção de memórias e histórias coletivas.

19/10/2015

No primeiro encontro conversamos um pouco sobre a minha proposta de trabalho com eles. A turma de cinco anos nesse dia estava com sete meninos e onze meninas, totalizando dezoito crianças.

Começamos falando sobre a minha presença na sala e a aluna Mônica¹ disse que nós íamos falar sobre projeto. Perguntei então o que eles achavam que era um projeto, Marina me disse que projeto é uma coisa que alguém tá planejando fazer.

Sondei se eles sabiam o tema do nosso projeto e eles me disseram que era a África (a turma ao longo do ano já vem desenvolvendo uma proposta baseada na lei 10.639/03).

Expliquei então que nós iríamos falar da África, mas que primeiro nós conheceríamos um pouco da história de cada um deles.

Como primeira proposta de atividade brincamos de roda com uma música de apresentação onde cada um escolhia um colega para cumprimentar e ao realizar esse cumprimento a criança deveria falar o nome do colega a ser cumprimentado.

Música:

*A roda vai girando e o João vai falar quem é o coleguinha
que ele vai cumprimentar.*

¹ Os nomes das crianças foram alterados para manter a privacidade das mesmas.

Em seguida assistimos ao vídeo da música Gente tem sobrenome do Toquinho. Conversamos sobre a música e o fato dela dizer que todo mundo tem um sobrenome, perguntei o que era sobrenome e eles me disseram que era o nome que a gente recebe do pai e da mãe.

Magali explicou que ela só tinha o sobrenome da mãe e Mônica disse que só tinha o sobrenome do pai. Outras crianças explicaram de quem tinham recebido o sobrenome. Perguntei se além do pai e da mãe se outros familiares também possuíam o mesmo sobrenome deles e eles disseram que os avós também tinham.

Questionei se eles sabiam o que significado da palavra antepassado, eles responderam que era algo que aconteceu antes do passado. Marina disse que eram as pessoas antigas, Denise disse que eram os índios. Perguntei quem eram os antepassados deles e Pedro falou que eram os avós e os pais deles.

Outro ponto muito debatido no grupo foi o fato de vários terem o mesmo sobrenome, mas não serem parentes. Nesse aspecto eles apresentaram versões do tipo: “meu pai escolheu assim”, “porque é o sobrenome do meu pai e da minha mãe”, mas a grande maioria não soube explicar.

Combinamos de investigar a origem dos sobrenomes. Encerramos esse dia com a roda novamente.

Todas as coisas têm nome
Casa, janela e jardim
Coisas não têm sobrenome
Mas a gente sim.
Todas as flores têm nome
Rosa, camélia e jasmim
Flores não têm sobrenome
Mas a gente sim
O Chico é Buarque, Caetano é Veloso
O Ari foi Barroso também
E tem os que são Jorge, tem o Jorge Amado
Tem outro que é o Jorge Bem.
Quem tem apelido, Dedé, Zacarias
Mussum e a Fafá de Belém
Tem sempre um nome e depois do nome
Tem sobrenome também
Todo brinquedo tem nome
Bola, boneca e patins
Brinquedos não têm sobrenome
Mas a gente sim
Coisas gostosas têm nome
Bolo, mingau e pudim
Doces não têm sobrenome
Mas a gente sim
Renato é Aragão, o que faz confusão
Carlitos é o Charles Chaplin
E tem o Vinícius, que era de Moraes
E o Tom Brasileiro é Jobim
Quem tem apelido, Zico, Maguila
Xuxa, Pelé e He-man
Tem sempre um nome e depois do nome
Tem sobrenome também.

22/10/2015

Nesse dia estavam presentes cinco meninos e dezesseis meninas, totalizando vinte e uma crianças. Conversamos sobre a caixa de memória que eles deveriam trazer no dia 29, algumas crianças relataram que possuíam roupas de quando eram bebês, cartão de maternidade, ultrassom, fotos, roupa do batizado, entre outros e que iriam pedir as mães para trazer.

Eles recordaram que na semana anterior havíamos combinado de continuar a brincadeira de roda e repetimos a música.

Fizemos nesse dia um autorretrato. Abaixo alguns desses registros.



26/10/2015

Estavam em sala seis meninos e dezesseis meninas, vinte e duas crianças no total. Retomamos a conversa sobre as famílias e depois eu contei para a turma a história “Luana, a menina que viu o Brasil neném” de Aroldo Macedo e Faustino Oswaldo. Durante a história fui fazendo algumas sondagens, perguntei se eles sabiam onde ela estava e eles disseram que era numa tribo de índios, no decorrer da história quando apareceram os portugueses Marina disse que a Luana estava no dia em que o Brasil foi descoberto. Fizemos então o registro da história através de desenho e as crianças fizeram também um reconto.

RECONTO FEITO PELAS CRIANÇAS:

ERA UMA VEZ UMA MENINA NEGRA COM CABELO TRANÇADINHO QUE SE CHAMAVA LUANA, ELA GOSTAVA DE TOCAR SEU BERIMBAU E JOGAR CAPOEIRA.

UM DIA ELA VIAJOU NO TEMPO E ENCONTROU UM MONTE DE ÍNDIOS.

ELA VIROU AMIGA DOS ÍNDIOS E ELES ESTAVAM NA FLORESTA, DE REPENTE A INDIAZINHA VIU UM MONTE DE BARCOS NO MAR, NOS BARCOS VINHAM OS PORTUGUESES.

OS PORTUGUESES FICARAM AMIGOS DOS ÍNDIOS, REZARAM E FIZERAM UMA FESTA.

ELES DERAM PRESENTES PARA OS ÍNDIOS, O QUE ELES MAIS GOSTARAM FOI DOS ESPELHOS.

OS PORTUGUESES LEVARAM MUITO PAU-BRASIL E VOLTARAM PRA PORTUGAL.

LUANA ENTENDEU ENTÃO QUE ELA TINHA VIAJADO PARA O DIA QUE O BRASIL FOI DESCOBERTO.

QUANDO OS PORTUGUESES VOLTARAM PARA CASA LUANA VIAJOU NO TEMPO DE VOLTA PRA SUA CASA.





29/10/2015

As crianças estavam ansiosas por esse dia, logo que eu cheguei em sala vieram correndo mostras as caixas. Conversamos sobre a forma como iríamos manusear os objetos para não danificar nada e combinamos de dividir a turma em grupos para a apresentação uma vez que eram muitas caixas e não seria possível a apresentação de todas no mesmo dia.

Foram selecionadas seis caixas, dos alunos João, Pedro, Tiago, Aninha, Dorinha e Rosinha, cada criança apresentou os objetos da sua caixa e contou um pouco da história do objeto ou da foto. Foi uma atividade muito rica uma vez que as crianças compartilharam momentos e ainda desenvolveram a linguagem oral. Os pais também se mostraram muito participativos uma vez que alguns tiveram o cuidado de enviar junto ao objeto um bilhete contendo sobre o que era ou que momento estava registrado na foto para auxiliar as crianças.





03/11/2015

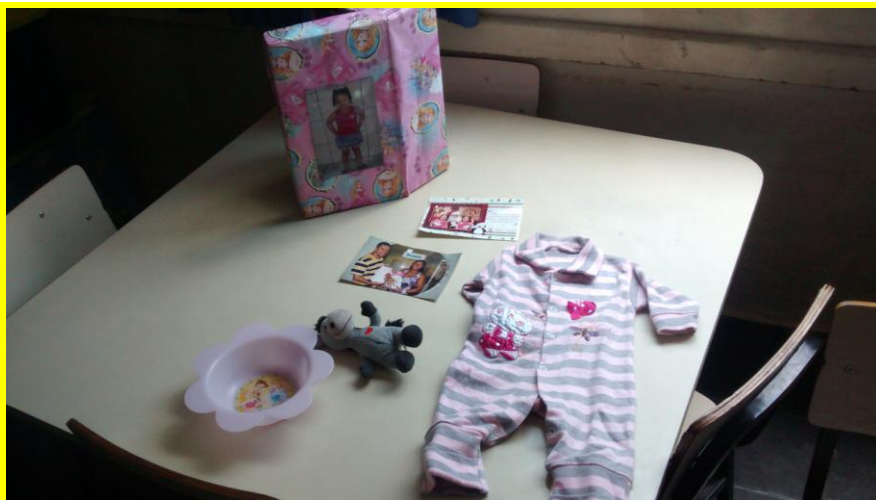
Nesse dia continuamos a apresentação das caixas, as crianças selecionadas para esse dia foram: Marina, Mônica, Denise, Maria, Carminha. Elas explicaram os objetos presentes na caixa e mostraram fotos desses momentos. Marina levou inclusive os objetos que apareciam em algumas de suas fotos, como a boneca feita pelo pai dela quando ela era bebê. Mais uma vez a participação das famílias foi muito significativa através do cuidado na organização dos objetos, a mãe da Carminha teve a atenção de mandar até o convite do casamento dela para as crianças verem. Nesse dia combinamos de fechar o trabalho com as caixas na sexta-feira (06/11).





06/11/2015

Conforme o combinado continuamos o trabalho com as caixas de memória, Aurora, Gisele, Lucas e Magali apresentaram fotos e objetos que contam um pouco da história deles, Magali levou até o cartão de gestante da mãe com todo o acompanhamento da gravidez.





11/11/2015

Nesse dia ouvimos a música África do grupo Palavra Cantada e juntos buscamos no globo terrestre onde ficava o Brasil e onde estava localizado o continente Africano.

As crianças disseram que a África fica muito longe do Brasil e que só é possível chegar lá de barco ou de navio e que foi assim que os portugueses trouxeram os negros para cá em grandes navios e amarrados.



Para finalizar montamos um painel com o mapa do Brasil e imagens de diversas pessoas de maneira a ilustrar a diversidade do nosso país.

Estavam presentes 20 crianças, sendo seis meninos e 14 meninas.

13/11/2015

Assistimos ao vídeo da música “Eu” do grupo Palavra Cantada que fala sobre as origens do autor e depois conversamos sobre a história das famílias das crianças e quais informações possuíam sobre as suas origens.

Nesse dia as crianças levaram para casa um questionário (anexo1) com perguntas sobre as famílias para construção da árvore genealógica.

Perguntei se eles sabiam o que era árvore genealógica e Marina me respondeu que era uma árvore com o nome das pessoas que faziam parte da família, outras crianças concordaram.

Estavam presentes 22 crianças, sendo sete meninos e 15 meninas.

16/11/2015

Cantamos a música dos nomes para iniciar, estavam presentes dezessete crianças, cinco meninos e doze meninas.

Começamos o trabalho com uma conversa sobre as informações que eles conseguiram a partir da pesquisa, uma das alunas ficou espantada com as informações sobre o pai e seus familiares, pois até então parece que ela não conhecia nada sobre os mesmos.

Perguntei pra minha mãe: "Mãe, onde é que você nasceu?"
Ela então me respondeu que nasceu em Curitiba
Mas que sua mãe que é minha avó
Era filha de um gaúcho que gostava de churrasco
E andava de bombacha e trabalhava no rancho...
E um dia bem cedinho foi caçar atrás do morro
Quando ouviu alguém gritando: "Socorro, socorro!!!"
Era uma voz de mulher
Então meu bisavô, um gaúcho destemido
Foi correndo galopando, imaginando o inimigo
E chegando no ranchinho, já entrou de supetão
Derrubando tudo em volta; com o seu facão na mão,
Para alívio da donzela que apontava estupefata
Para o saco de batata, onde havia uma barata...
Ele então se apaixonou
E marcaram casamento com churrasco e chimarrão
E tiveram seus três filhos, minha avó e seus irmãos
E eu fico imaginando, fico mesmo intrigado
Se não fosse uma barata ninguém teria gritado;
Meu bisavô nada ouviria e seguiria na caçada
Eu não teria bisavô, bisavó, avó, avó, pai, mãe, não teria nada!
Nem sequer existiria

Perguntei para o meu pai: "Pai, onde é que você nasceu?"
Ele então me respondeu que nasceu lá em Recife
Mas seu pai que é o meu avô
Era filho de um baiano que viajava no sertão
E vendia coisas como roupa, panela e sabão
E que um dia foi caçado pelo bando do Lampião
Que achavam que ele era da polícia um espião
E se fez a confusão
E amarraram ele num pau pra matar depois do almoço
E ele então desesperado gritava: "Socorro!"
E uma moça apareceu bem no último instante
E gritou pra aquele bando: "Esse rapaz é comerciante!"
E com muita habilidade ela desfez a confusão
E ele então deu um presente, um vestido de algodão
E ela então se apaixonou
Se aquela moça esperta não tivesse ali passado
Ou se não se apaixonasse por aquele condenado
Eu não teria bisavô, nem bisavó, nem avó, nem avó, nem pai
pra casar com a minha mãe
Então eu não contaria essa história familiar
Pois eu nem existiria pra poder cantar
Nem pra tocar violão

Depois da roda propus que nós montássemos uma árvore da família, as crianças fizeram a colagem da árvore, das fotos e escreveram os nomes dos membros das suas famílias. Infelizmente nem todos os pais participaram e algumas crianças não puderam construir a árvore, assim como nem todos participaram da atividade da caixa.



19/11/2015

Continuação do trabalho com a árvore genealógica.

23/11/2015

Depois de uma música de introdução contei a história **“Em Angola tem? No Brasil também!”** de Rogério Andrade Barbosa. Em seguida conversamos sobre os personagens da história e o que eles viram de mais interessante no texto.

Eles falaram que nunca tinham recebido uma carta, acharam engraçado camisola ser o mesmo que camisa e riram muito de algumas palavras do nosso vocabulário e que são de origem africana.

Várias crianças falaram que ficaram tristes com a forma como os africanos foram trazidos para o Brasil. Em seguida fizemos no quadro uma lista com as palavras de origem africana que foram incorporadas ao nosso vocabulário.

Cada criança registrou então uma das palavras e montamos um painel, estavam presentes nesse dia vinte e três crianças, sete meninos e dezesseis meninas.



27/11/2015

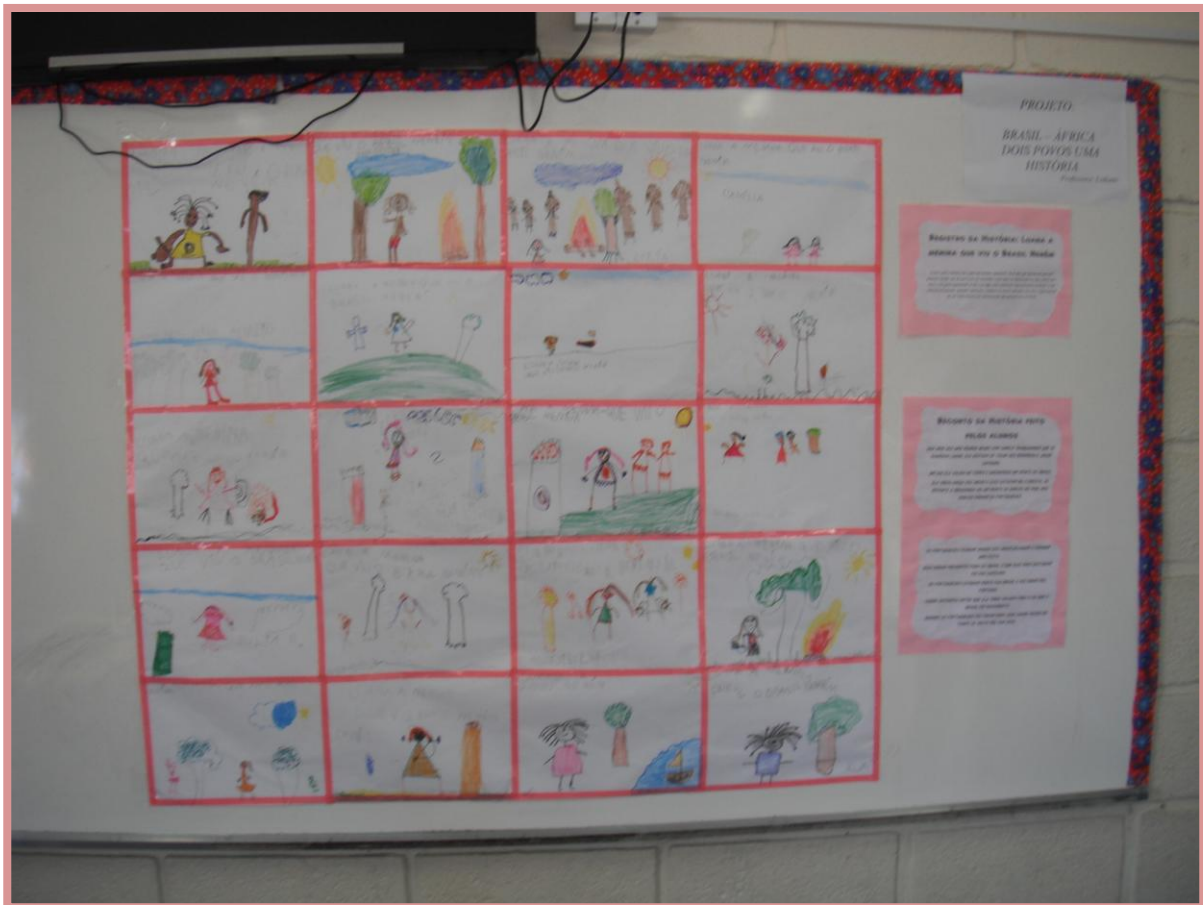
Montagem da exposição.

28/11/2015

Nesse dia as famílias foram à escola para apreciar os trabalhos das crianças.



Mapa da África e Árvores Genealógicas feitas pelas crianças



Registro História: Luana a menina que viu o Brasil Neném



Autorretrato

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse projeto pretende-se mostrar que é possível trabalhar a diversidade nas instituições de educação infantil a partir da história das próprias crianças e seus antepassados.

A escola não é apenas um espaço de aprendizagem, nela também são compartilhados além do conhecimento, as crenças, valores, costumes e até mesmo preconceitos.

Quando trabalhamos apenas os contos clássicos, as histórias do Brasil a partir da visão do colonizador, desenhos para colorir prontos, e músicas sem conteúdo que permitam uma análise mais profunda estamos perpetuando a desigualdade.

Mesmo as crianças da educação infantil são capazes de compreender e analisar situações de desigualdade.

Portanto, é preciso que a instituição escola e os profissionais da educação repensem a forma como as questões étnico-raciais são abordadas em sala, não é possível estar alheio a esse tema nesse espaço.

Quando falamos em respeito à diversidade precisamos contemplar práticas pedagógicas com as quais os mais variados sujeitos se reconheçam, não é possível trabalhar apenas a partir de uma matriz cultural.

É preciso que as crianças sejam apresentadas a personagens de histórias que sejam brancos, negros, asiáticos, indígenas, etc. e os mesmos não devem ser figuras estereotipadas, com traços e características que os depreciem.

Dentro dessa perspectiva de reconhecimento esse projeto foi desenvolvido objetivando-se desenvolver valores sociais e culturais a partir da história pessoal das crianças de maneira que as mesmas pudessem interagir com a história e conhecer a influência dos povos africanos nas manifestações presentes em nossa cultura, valorizando os povos de quem deram origem a nossa população.

Durante o desenvolvimento do projeto as crianças foram agentes da história na medida em que elas trouxeram para a sala de aula um pouco das suas experiências e de suas famílias através dos objetos apresentados.

Ao recontar a história de Luana eles trouxeram também marcas pessoais uma vez que algumas crianças criticaram a forma como os portugueses agiram dando presentes inúteis aos índios e levando o Pau-Brasil, eles conseguiram relatar até mesmo fatos que extrapolavam o texto como o fato de que os portugueses voltaram outras vezes e levaram ouro e pedras preciosas.

O trabalho com a história de Rogério Andrade “Em Angola tem? No Brasil também!, trouxe uma análise das crianças de que atualmente não temos o hábito de escrever cartas e proporcionou a elas a ligação entre a cultura brasileira e a angolana, mas também foi a oportunidade de reflexão sobre o preconceito que ainda ronda a escola.

Durante a leitura da história duas crianças se referiram aos negros de maneira depreciativa, essas mesmas crianças em momentos de roda no processo de desenvolvimento do projeto se recusaram a sentar ao lado de uma colega, pois segundo eles ela era feia e chata. A aluna em questão é negra e em outras situações do cotidiano escolar a mesma atitude foi demonstrada por eles para com a colega.

Essa postura mostra que mesmo com os avanços no que se refere ao reconhecimento da riqueza cultural do negro é preciso ações constantes e efetivas no sentido de dizimar esse preconceito.

A autoria das crianças também esteve presente na produção dos autorretratos, nessa produção também foi possível perceber a dificuldade de algumas crianças em se reconhecerem. Meninas negras de cabelos crespos se desenharam brancas e com longos cabelos lisos.

Sendo assim o trabalho aqui apresentado não deve ser o fim, mas o início de uma prática constante no espaço escolar. É preciso também um envolvimento das famílias nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete e OLIVEIRA, Fabiana. *As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes*. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (organizadora). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

ARROYO, Miguel. **Políticas educacionais, igualdade e diferenças**. RBPAE, 2011. v. 27, n.1, p. 83-94.

ARROYO, Miguel, G. **Indagações sobre currículo: Educandos e Educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

BARBOSA, Rogério Andrade. **Em Angola tem? No Brasil também!** São Paulo. FTD, 2010.

BENTO, Maria Aparecida Silva (organizadora). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 05/2009**. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*, 2009a. (mimeo).

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da**

temática "**História e Cultura Afro-Brasileira**", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 de julho de 2015.

CASTRO, L. R. **Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2009, vol. 25 n. 4, p. 479-487.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** *Cadernos de Pesquisa*, 2004, v. 34, n. 123, p. 539-555.

GOMES, N.L.. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Ricardo Henriques. (Org.). *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03*. Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

GUIMARÃES, A.S.A. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2004, v. 47 N° 1.

MACEDO, Aroldo; OSWALDO, Faustino. **Luana, a menina que viu o Brasil neném**. São Paulo: FTD, 2000.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, Outubro de 2004. 36 p.

MEC. **História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil**. Brasília, 2014. 144 p.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. *Cadernos PENESB*. UFF, Rio de Janeiro, 2004, n. 5, pp. 15-34.

PALAVRA CANTADA. **Pé com pé.** [s.d.]. Faixa 15.

PALAVRA CANTADA. **Canções Curiosas.** [s.d.]. Faixa 11.

PINTO, Manuel: **A infância como construção social.** En PINTO, M. y SARMENTO, M. J. (Eds.) **As crianças: Contextos e identidades** (pp. 33-73). Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

SILVA Jr. Hédio, BENTO, Maria Aparecida Silva, Carvalho, Silvia Pereira de (coordenadores). **Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo, 2012, 50 p.

SILVA, Roberto da. A construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, II, n. 6, ago 2001. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5554&revista_caderno=12. Acesso em 04 de abril de 2016.

SILVA, T. T. **Teorias do currículo: o que é isto?**, *Documento de identidade*, p. 11-17. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

UMEI PARAÍSO, Projeto Político Pedagógico. Belo Horizonte, 2013, p.84.

VALVERDE, D.; STOCCO.. **Notas para interpretação das desigualdades raciais na educação.** *Estudos Feministas*, 2009, v. 17, n. 3, p. 909-920.

ANEXOS

Senhores Pais,

Gostaríamos de agradecer a participação de vocês enviando a caixa de memória, as crianças gostaram muito desse momento onde puderam compartilhar suas histórias.

Para a próxima etapa do nosso projeto precisamos de algumas informações, a partir desses dados as crianças vão construir a árvore da família. Seguem algumas perguntas que irão nos auxiliar nesse trabalho.

- Quem são os avós de seu filho ou sua filha? (Escreva o nome de cada um e se são maternos ou paternos)
-

- Onde eles nasceram? (Escreva a cidade e o estado em que eles nasceram)
-

- Eles convivem com as crianças?
-

- Quem são as pessoas que moram na mesma casa que o seu filho? (Escreva os nomes e o grau de parentesco).
-



Caso seja possível enviem, por favor, uma fotografia de cada pessoa que mora com a criança em casa e dos avós para ser usada em uma tarefa da instituição. Identifique as fotografias com nome. Essas fotos não precisam ser grandes e serão devolvidas posteriormente.

Agradecemos a participação

“Uma família feliz é um refúgio que prevalece de pé, mesmo quando as maiores tempestades passam pelas nossas vidas”.